

Em 16 de outubro de 2013 19:37, Thiago Almeida Garcia escreveu:

Caro Ricardo Verdum,

Desculpa pela demora na resposta mas o seu email tinha ficado perdido.

Conforme temos conversado, a disposição da Secretaria-Geral, como coordenadora do processo de regulamentação dos mecanismos de consulta da Convenção 169, é continuar o diálogo com os atores envolvidos na questão para a pactuação de um texto de regulamentação. No entanto, por diversos fatores, muitos deles externos ao processo, não foi possível ainda essa pactuação já que para isso é indispensável um processo de consulta sobre o texto.

Acontece que até o momento não foi possível a pactuação desse processo com sujeitos de direito da Convenção.

No caso dos quilombolas realizamos as reuniões informativas (09 reuniões em diversas regiões do país) e uma reunião de avaliação do processo aqui em Brasília no último mês. Ficou definida a realização de novo encontro ainda este mês para definirmos os próximos passos e a possibilidade de submeter um texto base para a consulta.

Com os indígenas o cenário continua o mesmo. A APIB tem afirmado que só volta a dialogar sobre o processo com a revogação da Portaria 303 e com sinalizações positivas por parte do governo em relação à pauta indígena. Temos trabalhado e disputado internamente para isso mas muitas vezes essas questões não estão sob a nossa governabilidade. Uma notícia que pode ser boa é a de que provavelmente na próxima semana será colocado na pauta do STF o julgamento das condicionantes. Caso caiam essas condicionantes teremos o fim da Portaria 303. Estamos monitorando isso com o Gabinete do Ministro Joaquim Barbosa.

No caso dos povos e comunidades tradicionais realizaremos cinco reuniões regionais e uma nacional para debater a política de desenvolvimento sustentável e uma das pautas será a questão da 169. A primeira reunião será em Manaus no próximo mês.

Estamos tentando avançar no diálogo com os diferentes segmentos para que seja possível promover reuniões de consulta sobre um texto base para, a partir disso, buscar consensuar um protocolo de consulta que defina princípios, procedimentos e a governança das consultas no âmbito do Governo Federal. A nossa ideia é submeter o texto para ampla consulta assim que tivermos condições de promover esse diálogo.

Em que pese essas indefinições, temos trabalhado junto com os órgãos de governo para a realização de procedimentos de consulta dentro dos princípios estabelecidos na OIT. Uma dessas iniciativas é o mapeamento dos projetos de infraestrutura na região do entorno do Parque do Xingu para a realização de um processo de informação e consulta para os indígenas de lá.

Por fim, agradeço pelo interesse e reitero a importância da ABA acompanhar todo esse processo e aportar subsídios para um texto de regulamentação. Vamos mantendo vocês informados.

Abraços,

Thiago

Em 11 de outubro de 2013 22:51, Ricardo Verdum escreveu:

Estimados Paulo Maldos e Thiago,

Chegamos ao mês de outubro, prazo marco para termos a minuta de regulamento do procedimento de consulta aos povos indígenas quando afetados por empreendimentos - principal produto esperado do GTI.

Podem nos esclarecer a quantas andam os trabalhos e se teremos em breve algo de concreto?

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Ricardo Verdum  
p/Secretaria da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA